

**DUALIDADE ESTRUTURAL: A EDUCAÇÃO GERAL E O ENSINO  
PROFISSIONAL NA ESCOLA TÉCNICA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PARANÁ (1997- 2000)**  
***STRUCTURAL DUALITY: GENERAL EDUCATION AND PROFESSIONAL  
TEACHING AT THE TECHNICAL SCHOOL OF THE FEDERAL UNIVERSITY  
OF PARANÁ (1997-2000)***

Vanessa Cauê Krugel <sup>1</sup>

Wilson Lemos Junior <sup>2</sup>

**Resumo:** Esse artigo trata da relação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR) com o Decreto n.º 2.208/1997, que ocasionou a desintegração entre o ensino médio e a educação profissional, ocorrida no ano de 1998. Objetiva-se, por meio de uma pesquisa histórica, qualitativa, documental e bibliográfica, evidenciar a dualidade estrutural histórica da educação brasileira ao designar uma modalidade de ensino propedêutica para os que seguiriam com estudos universitários (Educação Geral) em contraposição a oferta de cursos técnicos subsequente ao ensino médio, voltado exclusivamente para a classe trabalhadora no âmbito da ET-UFPR. Mesmo com o decreto trazendo a obrigatoriedade de desarticulação do ensino regular e profissional, a ET-UFPR resistiu à ordem do governo federal e manteve a oferta de cursos integrados como: Enfermagem, com turmas nos dois períodos diurnos; Processamento de Dados e Contabilidade, no período da tarde; e o curso Técnico em Atendente de Consultório Dentário, na parte da manhã. A ET-UFPR terminou a década de 1990 ofertando a Educação Geral, além de 21 cursos técnicos entre integrados, concomitantes e subsequentes, além de um curso superior em Tecnologia em Informática, criado no ano de 2000, revelando o forte caráter dualista na educação nesse período histórico.

**Palavras-chave:** Educação profissional. Dualidade estrutural. Escola Técnica da UFPR. História da Educação.

**Abstract:** This article deals with the relationship between the Technical School of the Federal University of Paraná (ET-UFPR) and Decree n.º 2.208/1997, which caused the disintegration between secondary education and professional education, which occurred in 1998. The aim is, through historical research, to highlight the historical structural duality of Brazilian education by designating a propaedeutic teaching modality to those who would continue with university studies (General Education) as opposed to offering technical courses subsequent to high school, aimed exclusively at the working class within the scope of ET-UFPR. Even with the decree bringing the mandatory dismantling of regular and professional education, ET-UFPR resisted the order of the federal government and maintained the offer of integrated courses such as: Nursing, with classes in both daytime periods; Data Processing and Accounting, in the

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Doutoranda em Tecnologia e Sociedade, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), *Campus* Curitiba. E-mail: [vanessacaue@msn.com](mailto:vanessacaue@msn.com)

<sup>2</sup> Doutor em Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), *Campus* Curitiba. E-mail: [wilson.lemos@ifpr.edu.br](mailto:wilson.lemos@ifpr.edu.br)

afternoon; and the Dental Attendant Technician course, in the morning. ET-UFPR ended the 1990s offering General Education, in addition to 21 technical courses, including integrated, concurrent and subsequent ones, in addition to a higher education course in Information Technology, created in 2000.

**Keywords:** Professional education. Structural duality. Technical School of UFPR. History of Education.

# 1 INTRODUÇÃO

Em meio a uma discussão acirrada e sem levar em consideração a opinião dos estudiosos da educação profissional, o governo Fernando Henrique Cardoso implementou o Decreto n.º 2.208/1997. Com esse decreto, o ensino médio passou a ser voltado prioritariamente para a preparação do estudante para o ingresso no ensino superior, enquanto a educação profissional passaria a ser ofertada ou de forma concomitante ao ensino médio (no qual o estudante poderia realizar o ensino médio concomitantemente à educação profissional, porém com matrículas e currículos distintos) ou na modalidade subsequente, destinada aqueles que já haviam concluído o ensino médio.

A aprovação do Decreto n.º 2.208/1997 reforçou um contexto dualista da educação, uma vez que priorizava um ensino médio com características propedêuticas, ou seja, voltado para o ingresso no ensino superior, o que pelas condições seriam voltados prioritariamente para os filhos da elite, e, para os menos abastados, seriam priorizadas carreiras meramente operacionais.

A Portaria n.º 646/1997, no seu artigo 3º, autorizou as instituições federais de educação tecnológicas a ofertarem ensino médio regular:

Art. 3º - As instituições federais de educação tecnológica ficam autorizadas a manter ensino médio, com matrícula independente da educação profissional, oferecendo o máximo de 50% do total de vagas oferecidas para os cursos regulares em 1997, observando o disposto na Lei n.º 9394/96 (Brasil, 1997).

As instituições federais de educação tiveram quatro anos para a implementação do novo modelo de ensino médio, mas deveriam ofertar ensino geral já no ano de 1998. A ET-UFPR apresentou o seu projeto de implantação só no ano 1999, mas obedeceu à determinação da Portaria n.º 646/1997 de ofertar a educação geral no ano de 1998.

Mesmo com o Decreto n.º 2.208/1997 trazendo a obrigatoriedade de desarticulação do ensino regular e profissional, a ET-UFPR resistiu à ordem do governo federal e manteve a oferta de alguns cursos integrados. Os cursos que continuaram integrados foram: Enfermagem, com turmas nos dois períodos diurnos; Processamento de Dados e Contabilidade, no período da tarde; e o curso Técnico em Atendente de Consultório Dentário, na parte da manhã.

A ET-UFPR terminou a década de 1990 ofertando um forte ensino geral, além de 21 cursos técnicos divididos entre integrados, concomitantes e subsequentes, além de um curso superior em Tecnologia em Informática, criado no ano de 2000.

Por meio de uma pesquisa histórica, qualitativa, documental e bibliográfica, este artigo tem como objetivo evidenciar a dualidade estrutural ocorrida na ET-UFPR durante a década de 1990, em decorrência do Decreto n.º 2.208/1997.

## **2 A EDUCAÇÃO GERAL E O ENSINO PROFISSIONAL NA ESCOLA TÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

Ignorando a discussão de especialistas do campo da educação profissional, o Governo Federal, de Fernando Henrique Cardoso, implementou o Decreto n.º 2.208/1997, que atendia às orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (essa corporação não financiava projetos sem impor suas condições) no qual determinava uma nova organização para a Rede Federal de Educação, buscando atender às demandas neoliberais:

Partia-se de um raciocínio de que ensino superior não era para todos, mas sim para dirigentes e técnicos de alto nível. Estudantes bem preparados nos 1º e 2º graus, rigorosamente selecionados como forma de prêmio. Os demais deveriam ser preparados para carreiras meramente operacionais. Esse projeto propunha uma série de medidas nesse sentido. Obviamente enfrentou grande resistência entre os pensadores da educação (Kuenzer, 2007, p. 68).

Ressalta-se que tal decreto foi promulgado sem realizar o devido debate com os pesquisadores da área. O ensino médio retomou um sentido propedêutico, voltado para a preparação do estudante para o ingresso no ensino superior, enquanto a educação profissional passaria a ser ofertada ou de forma concomitante ao ensino médio (no qual o estudante poderia realizar o ensino médio concomitantemente à educação profissional, porém com matrículas e currículos distintos) ou na modalidade subsequente, destinada aqueles que já haviam concluído o ensino médio (Lemos Junior; Krugel, 2022).

Atendendo a exigência de extinguir a educação profissional integrada ao ensino médio, a ET-UFPR passou a oferecer um disputado ensino médio. A educação profissional integrada ao ensino médio começou a perder forças para duas vertentes, o ensino médio regular e os cursos profissionais pós-médios, priorizando, assim, uma educação dualista: uma preparatória para a vida acadêmica na Educação Geral e outra por meio dos cursos técnicos subsequentes, priorizando uma educação operacional.

Mércia Machado, professora da ET-UFPR e atual docente do ProfEPT (Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica), em entrevista realizada para a dissertação *Tempos de Construção: a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (1988- 2000)*, contou quais foram as suas primeiras impressões, para Krugel (2020):

As instituições não sabiam muito bem como seria essa transição, foi um período de bastante mudança, com o projeto de ensino médio puro, como a gente dizia, porque até então a gente vinha trabalhando com o ensino técnico, mas que dentro desse ensino técnico existia sim matérias do núcleo básico, foi um período que a gente não sabia muito bem como se daria (Machado apud Krugel, 2020, p. 68).

As instituições federais de Educação Tecnológica tiveram um prazo de quatro anos para a implementação do novo ensino médio, por meio do plano de implantação exigido pela Portaria n.º 646, de 1 de maio de 1997. Entre outros assuntos, esse documento determinou que o ingresso dos alunos no ano de 1998, deveria ocorrer seguindo as novas regras, isso é, de forma concomitante ou subsequente, e que as ofertas de vagas no ensino médio regular não poderiam ser superiores a 50% das vagas da instituição (Krugel; Lemos Junior, 2021).

A escola apresentou o seu projeto de implantação do novo modelo de ensino médio no ano 1999, mas obedeceu à determinação da Portaria n.º 646/1997 de ofertar a educação geral já no ano de 1998 (Krugel, 2020).

O novo curso, chamado Educação Geral foi muito concorrido. Oferecia a etapa final do ensino básico e preparatório ao vestibular. Tratava-se do ensino médio regular, sem integrar em seu currículo formação profissional. O projeto de implantação estipulou os objetivos e disciplinas do curso (UFPR, 1999):

A implantação do Ensino Médio na Escola Técnica da UFPR tem por objetivo fundamental propiciar à população um ensino multidisciplinar de alta qualidade que proporcione ao educando: uma capacitação efetiva para o mundo do trabalho, o prosseguimento dos estudos em outros níveis, e, principalmente, o aprimoramento de valores humanos essenciais. Educar, no sentido mais amplo, é gerar uma consciência de liberdade em homens e mulheres, pois a educação é a base sobre a qual se sustentam os direitos humanos, a luta contra as desigualdades sociais, o desenvolvimento dos povos e a preservação da paz no mundo. Somente essa consciência de liberdade é que pode fazer o educando transformar a sua própria vida, desenvolvendo a sensibilidade criativa na observação das coisas, a responsabilidade, o espírito democrático e o comportamento ético e solidário nas relações interpessoais (ET-UFPR, 1999, p. 7).

As disciplinas do novo curso de educação geral ficaram assim distribuídos.

**Tabela 1 – Matriz curricular do curso de Educação Geral da ET-UFPR, em 1998**

	ÁREAS DE ESTUDO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA			TOTAL
			1º ANO	2º ANO	3º ANO	
BASE COMUM	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Português	3	4	4	374
		Inglês/Espanhol	2	2	2	204
		Educação Física	2	2	2	204
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Matemática	3	3	3	306
		Física	3	3	2	272
		Química	2	3	2	238
		Biologia	2	2	2	204
	Ciência Humanas e suas Tecnologias	Geografia	2	2	2	204
		História	2	2	2	204
PARTE DIVERSI FICADA	Módulo I	Área de Informática	34			34
	Módulo II	Área de Adm. e Rec. Humanos			34	34
	Módulo III	Área de Metodologia Científica			34	34
	Módulo IV	Área Cultural		68		68
	Módulo V	Área de Sociologia e Filosofia	34			34
<b>TOTAL GERAL</b>						2.414

Total da base comum = 83%, com 2.006 horas-aula

Total da parte diversificada = 17%, com 408 horas-aula

**Fonte:** Krugel (2020)

As disciplinas foram divididas em base comum e parte diversificada. Esta última era dividida em módulos, referentes às várias áreas cursadas em momentos diferentes durante o curso, explicou a Professora Mércia Machado, para Krugel (2020):

Eram trabalhadas as competências e não só o conteúdo. Foi uma época que tivemos muita informação, tivemos muita dificuldade de entender esse conceito de competência, nós tivemos muitas discussões, porque dentro dos currículos existia a necessidade de trabalhar, função, subfunção, competências, habilidades, bases técnicas, bases atitudinais, isso tudo para a gente era muito diferente, a gente estava acostumado a trabalhar com objetivos, com processos, com um projeto bem diferente (Machado apud Krugel, 2020, p. 69).

Moura, Leite Filho e Silva (2015) esclarecem que a formação é um produto das relações sociais e de produção e, relacionada à sociedade capitalista, está a pedagogia das competências, objetivando distanciar os que fazem daqueles que pensam, negando uma educação emancipadora, pautada no compromisso com a transformação social.

O aspecto dualista fica evidenciado, pois se trata de um curso bastante completo e de formação sólida. No entanto, é uma educação que valoriza o individualismo e a competitividade, que estão presentes no projeto de implantação. “Este ambiente escolar está inteiramente voltado para fornecer aos alunos condições de realizarem sua individualidade da melhor forma, e isto representa a estruturação de uma concepção de mundo mais produtiva para eles e para a coletividade” (ET-UFPR, 1999, p. 14).

Segundo o Projeto curso de Educação Geral da ET-UFPR (1999), a proposta pedagógica da ET-UFPR, foi estabelecida a partir da experiência e da vivência do grupo de professores de cada área, visando educar os alunos para torná-los mais autônomos em suas escolhas, respeitando as diferenças e superando a segmentação social.

Mesmo o ensino geral separando-se do Ensino Técnico, o currículo continuou contemplando a preparação para o trabalho, que juntamente com a preparação para a vida, visou unir esforços para uma melhor qualificação do estudante. Isso criou um contexto favorável para o desenvolvimento e a oferta de cursos de formação geral juntamente com cursos de habilitação profissional (ET-UFPR, 1999).

Portanto, os alunos do Ensino Geral também poderiam se matricular opcionalmente em disciplinas dos cursos técnicos oferecidos pela escola, no intuito de ser aperfeiçoarem e desenvolverem noções sobre a realidade de determinadas profissões (ET-UFPR, 1999).

Pela primeira vez e somente para o curso de Educação Geral, os temas transversais foram incluídos no currículo, para enriquecimento do processo educacional, a exemplo de meio ambiente, sexualidade, saúde, direitos do consumidor, qualidade de vida, ética, Mercosul, entre outros (ET-UFPR, 1999). Recursos financeiros foram destinados à abertura do curso de Educação Geral, que deveriam ser usados para custear: curso de aperfeiçoamento, aquisição de material didático, laboratório de línguas, viagens, eventos culturais, projetos do ensino médio e aquisição de livros (ET-UFPR, 1999).

Na ET-UFPR, o ex-ministro da Educação, Murilo Hingel (1992-1995), como visto na Figura 1, esteve presente para discutir o novo modelo aos diretores e professores. As turmas do ano seguinte foram ofertadas sem os projetos dos cursos estarem efetivamente concluídos. O novo modelo enfrentou resistência da ET-UFPR e o governo federal enviou um representante para pressionar os servidores.

**Figura 1** - Ex-ministro Murilo Hingel discutindo a reforma do ensino para os professores da ET-UFPR, em 1997



**Fonte:** Centro de Memórias do IFPR (2022)

Mesmo com o Decreto n.º 2.208/1997 trazendo a obrigatoriedade de desarticulação do ensino regular e profissional, a ET-UFPR resistiu à ordem do governo federal. Edward-Palmer Thompson (1981) explica que os acontecimentos reais não obedecem às regras, mas não podem ser compreendidos sem elas, que oferecem suas próprias irregularidades. Os cursos que continuaram integrados foram: Enfermagem, com turmas nos dois períodos diurnos; Processamento de Dados e Contabilidade, no período da

tarde; e o novo curso Técnico em Atendente de Consultório Dentário, na parte da manhã, com 30 vagas (UFPR, 1999).

Na entrevista da Professora Mercia Machado para Krugel (2020), o processo de resistência por parte da escola foi lembrado:

Eu arrisco a dizer que a gestão ajudou nessa resistência e desse processo dessa implantação. Eu ouvia falar, mas não existia aquilo de vai ser definitivo, a gente tem que resolver, foi um processo que foi sendo construído, a gente participou de muitas reuniões, a gente sabia sim que isso impactaria na questão financeira. Nós éramos um setor da universidade, então tinha uma impactação direta nos recursos, na época. E essa era a forma que o ministério da educação usava de coação. A gente era de uma carreira diferente, a gente ofertava modalidades de ensino diferentes, então era assim um processo de muita resistência e de muito embate. As coisas nunca eram assim muito simples. Até porque as nossas questões eram discutidas no conselho universitário. O conselho universitário discutia a educação superior (Machado apud Krugel, 2020, p. 71).

Várias ações foram realizadas em protesto às novas regras do ensino médio, incluindo mutirões de limpeza, como o da Figura 2, em que estudantes e professores recuperaram carteiras que não estavam em perfeitas condições. Tratava-se de um ato de protesto, uma demonstração de resistência em que discentes e docentes lutavam pela escola em que acreditavam. Recordar-se que a imagem fotográfica é sempre uma construção e pode ser vista de diferentes maneiras, dependendo de quem olha. Fotografia, memória e história se entrelaçam nesse momento (Souza, 2012).

**Figura 2** - Mutirão de limpeza da ET-UFPR, década de 1990



Fonte: Centro de Memória do IFPR (2022)

Em meio ao impasse sobre a educação profissional integrada ao ensino médio, o colegiado de Processamento de Dados traçou diferentes caminhos para seu curso, passando a ofertar o curso superior de Tecnologia em Informática, como conta o professor Irapuru Florido, em entrevista para Krugel (2020):

Na época em que houve um decreto presidencial acabando com os cursos técnicos, os professores do técnico migraram para os cursos subsequentes e nós de informáticas fundamos o curso de Tecnologia em Informática. Então foi o primeiro curso de Tecnólogo em Informática na Universidade. Aí a gente começou a trabalhar com ensino superior. E em 99 foi a primeira formatura. Então foi um curso bem avaliado inclusive. Nós tínhamos conceito A, na época. Conceito máximo do MEC, me lembro que a gente ia para as feiras da Universidade. Funcionava junto com os cursos técnicos, era o único curso superior que nós tínhamos na Escola Técnica. Hoje, eles têm mais cursos superior. Então, mas a maioria dos professores que faziam parte do colegiado ficaram na Universidade Federal, nós viemos apenas três professores. (Florido apud Krugel, 2020, p. 72).

No ano de 1998, passaram a ser ofertados os cursos pós-médios de Radiologia, no período noturno, com 30 vagas, e de Massoterapia, também no período noturno, com 80 vagas. Foi iniciado, ainda, o curso de Processamento de Dados Especial, vespertino, com 50 vagas (UFPR, 1999).

No período, os técnicos de Radiologia enfrentavam dificuldades para exercer sua profissão, como informou Sobreira (2000), diretor em exercício da ET-UFPR no ano de 2000, em discurso de colação de grau:

Aos técnicos em radiologia, nos unimos a vocês, também, para garantir o direito de poder exercer legalmente a sua profissão. Faço essa referência, porque esses técnicos estão sendo impedidos de trabalhar, pela sua própria entidade representativa (Sobreira, 2000, s/p.)

Ainda no ano de 1998, a professora Edilomar Leonart foi eleita a primeira diretora da escola, uma grande conquista, pois, embora a docência ao longo dos anos estivesse destinada às mulheres, cargos de controle e de poder preferencialmente pertenciam aos homens (Almeida, 1998). Detentores do poder econômico e político, historicamente, os homens apropriaram-se do controle educacional.

Construiu-se um discurso que colocava as mulheres em um melhor desempenho profissional na educação, em salas de aula, devido ao fato de a

docência estar ligada às ideias de domesticidade e maternidade. Já os homens eram considerados melhores administradores, negociadores, conceitos ligados à masculinidade. Isso ocasionou uma predominância feminina na docência da educação infantil e masculina nos níveis mais avançados e na gestão educacional. Esse pensamento teve o poder de reforçar os estereótipos e a segregação sexual a que as mulheres estiveram submetidas socialmente ao longo de décadas (Almeida, 1998).

A ET-UFPR levou 129 anos para eleger sua primeira diretora, contando desde a criação da Escola Alemã em 1869. Somente no final da década de 1990, uma mulher alcançou o cargo. A Figura 3 mostra um momento da campanha para o cargo de diretor, podendo-se observar que, além do candidato a vice-diretor, o professor Gerson, todas as apoiadoras presentes na imagem são mulheres.

**Figura 3** - Campanha de eleição ao cargo de diretor da ET-UFPR, em 1998



**Fonte:** Centro de Memória IFPR (2022)

Os cursos e eventos de extensão que aconteceram nessa década foram: curso de Organização de Pequenas e Médias Empresas – Contabilidade; I e II Semanas de Transações Imobiliárias; curso sobre Obesidade – Aspectos Psicológicos; Metodologia Científica; Agentes de Primeiros Socorros; I e II Semana de Atualização em Prótese Dentária; I e II Semana Cultural sobre o Mercosul; curso sobre Educação Especial; e Capacitação de Monitores no Projeto de Prevenção Uso e Abuso de Drogas (ET-UFPR, 1996). Segue uma tabela contendo uma lista dos cursos profissionalizantes da ET-UFPR na década de 1990 (Tabela 2):

**Tabela 2** – Total de cursos de nível médio da ET-UFPR, na década de 1990

Curso	Modo	Ano de início	Duração (anos)	Turno	Vagas iniciais	Primeiros alunos		
						M	F	T
Contabilidade	I	1952	3	–	40	36	5	41
Enfermagem	I	1991	4	T	10	4	15	19
Processamento de Dados	I	1991	3	T/N	40	23	16	39
Higiene Dental	I	1991	3	T	15	2	25	27
Prótese Odontológica	P	1991	2	T	20	6	6	12
Transações Imobiliárias	P	1994	2	N	40	12	30	42
Enfermagem Especial	P	1994	2,5	M	30	1	20	21
Higiene Dental Especial	P	1994	2	T	25	2	28	30
Contabilidade Especial	P	1996	2	N	40	12	10	22
Administração	P	1997	2	N	40	19	21	40
Técnico em Seguros	P	1997	1,8	N	80	39	36	75
Educação Geral	-	1998	3	M/T	160	73	87	160
Atendente de Consultório Dentário	I	1998	3	M	80	2	26	28
Radiologia	P	1998	1,8	N	30	20	10	30
Massoterapia	P	1998	2	N	80	21	65	86
Processamento de Dados Especial	P	1998	2	T	50	19	5	24
Informática	I	1999	2	T	25	4	16	25
Secretariado	P	2000	2	N	30	1	28	29
Formação Socorrista	P	2000	0,8	N	40	27	12	39
Terapia Floral	P	2000	1	N	40	6	20	26
Conservação e Restauração	P	2000	1	N	25	6	15	21
Formação de Ator	P	2000	2	N	30	7	17	24
Informática Especial	P	2000	2	N	25	21	13	34

Fonte: Krugel (2020)

Uma grande quantidade de cursos pós-médios profissionalizantes foi ofertada no ano 2000 em período noturno: Prótese Odontológica (25 vagas), Transações Imobiliárias (40 vagas), Administração de Empresas (40 vagas), Radiologia (30 vagas), Massoterapia (90 vagas), Informática (25 vagas), Secretariado (30 vagas), Formação Socorrista (40 vagas), Terapia Floral (40 vagas), Conservação e Restauração (25 vagas) e Formação de Ator (30 vagas) (UFPR, 2001).

O Relatório Anual da UFPR (2000) também mostra que turmas especiais de ensino profissional pós-médio foram ofertadas no período vespertino: Enfermagem (30 vagas), Contabilidade (40 vagas) e Higiene Dental (30 vagas).

Os cursos integrados eram ministrados em três anos, menos o de Enfermagem, que ocorria em quatro anos. Já os pós-médios aconteciam, na maioria das vezes, em dois anos, com a variação de dois anos e meio até oito meses de duração, dependendo do caso. O curso integrado de Enfermagem foi encerrado em 1999, restando somente quatro cursos dessa modalidade naquele ano. Nesse mesmo ano, o curso Técnico em Processamento de Dados se transformou em Técnico em Informática.

No ano seguinte, o uso do uniforme, com a marca da escola, passou a ser obrigatório. As peças podiam ser adquiridas na própria instituição (ET-UFPR, 2000). Para Libâneo (2017), a cultura organizacional se projeta em todas as instâncias da escola, o que inclui as normas disciplinares. Essa cultura própria permite entender tudo que acontece nela e pode ser modificada pelas próprias pessoas, em um rumo que responda aos propósitos da direção. Ao adotar o uso de uniforme, a ET-UFPR pretendia aumentar seu prestígio perante a comunidade.

**Figura 4** – Estudantes uniformizadas, com a professora Mércia Machado, na ET-UFPR



Fonte: Centro de Memória IFPR (2022)

Segundo Krugel (2020), alguns cursos evidenciavam, pela quantidade de mulheres e homens, a questão da divisão de gênero no trabalho: as turmas de Enfermagem, Higiene Dental e Secretariado eram quase totalmente compostas por alunas.

Com a introdução do Ensino Geral, ofertado em dois turnos diurnos, os cursos profissionalizantes pós-médios passaram, em sua maioria, para a noite, pontuando que a preparação para o mundo acadêmico pertencia às pessoas mais abastadas, que não precisavam trabalhar para seu sustento e poderiam estudar durante o dia. Os cursos mais aligeirados e com formação puramente técnica eram destinados aos trabalhadores, no período noturno; eles não possuíam muito prestígio e precisaram do apoio da instituição:

Estamos certos de que a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná cumpriu a sua função principal, que é a de formação profissional, mas também estamos com vocês na questão do exercício profissional. Entendemos que também é responsabilidade da escola zelar, estar acompanhando vocês, garantindo, inclusive, o exercício profissional. Estamos trabalhando, portanto, junto aos seus sindicatos, às suas associações, os seus conselhos para, juntamente com vocês, com seu apoio, garantirmos o seu exercício (Sobreira, 2000, s/p.).

Segundo Krugel e Lemos Junior (2021), essa situação criou desânimo nas instituições e o número de matrícula na educação profissional caiu consideravelmente. Essa reforma foi amplamente criticada pelos estudiosos brasileiros, especialmente da linha educação e trabalho, e pela comunidade acadêmica cefetiana, os seja, que estava vinculada ao Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet).

Na ET-UFPR as vagas estipuladas nos testes seletivos não eram supridas à risca. Em alguns casos, sobravam vagas e, em outros, o número de candidatos era maior (Krugel, 2020).

Mesmo com todas essas divergências, o grupo de docentes da escola permanecia unido, com a intenção de ofertar educação de qualidade aos seus estudantes, como contou a Professora Mercia Machado, em entrevista para Krugel (2020):

[...] a gente viveu muita coisa junto, a gente se matava nas nossas reuniões, eram bem difíceis. Nós éramos núcleo básico, núcleo técnico, o que era mais importante, existia muito respeito, muita cumplicidade e principalmente a gente queria que a educação na Escola Técnica desse certo. Eu acho que isso sempre foi a chave. Eu volto a dizer que as gestões dessa época eram muito democráticas e as coisas eram muito discutidas. A gente construía o processo e se quisesse se envolver no projeto podia (Machado apud Krugel, 2020, p. 76).

O final da década de 1990 foi de grandes ataques ao ensino público, gratuito e de qualidade, mas a UFPR e a ET-UFPR lutaram pela permanência de oferta de cursos para a comunidade, como discursou o vice-reitor, Sandrini Neto (2000):

A Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná expandiu-se fisicamente, aumentou o número e qualificação dos seus professores, aumentou o número de cursos e de alunos. E, como escola pública, integrada à universidade pública, tem participado das contribuições para o país. As universidades públicas e suas escolas de ensino técnico são as melhores em qualquer avaliação. Produzem pesquisas de ponta, forma os melhores cidadãos e se insere cada vez mais na comunidade. Nesse sentido, precisamos de mais aliados para mantermos essa universidade pública e gratuita, em um momento de ameaças internas, e até mesmo de órgãos como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Mas, a Universidade Federal do Paraná vai continuar pública e gratuita e sempre de melhor qualidade.

Na década de 1990, a ET-UFPR cresceu bastante, passando da oferta de um curso no ano de 1990 para 21 no ano de 2000. O crescimento do número de alunos também foi muito significativo: de 139 estudantes, em 1989 (UFPR, 1992), passou para 1.449, em 2000 (UFPR, 2001).

Essa resistência da escola técnica, enquanto estava vinculada à UFPR, serviu como suporte para, no futuro próximo, criar o IFPR – *Campus* Curitiba, como afirma a Professora Mércia para Krugel (2020):

A gente resistiu, meio que pagou para ver o que ia acontecendo, mas a gente teve o endosso da direção, da gestão da época que pensava parecido. Porque acredito que se eles tivessem um outro olhar, um outro posicionamento a gente sabe que isso aconteceria de cima para baixo automaticamente. E aí eu lembro que a gente ainda estava discutindo 2000, 2001, 2003 até que terminou o governo e a gente permaneceu. Continuou com o ensino médio, continuou com o ensino integrado. E aí veio o Instituto Federal e as coisas aconteceram de uma maneira mais tranquila, eu acredito (Machado apud Krugel, 2020, p. 77).

A década de 1990 foi a mais significativa, até então, da escola em termos de expansão física e de oferta de cursos. Apesar da dualidade implícita no Decreto n.º 2.208/1997, a expansão de cursos da ET-UFPR ocorrida na década de 1990, com suas conquistas e seus tropeços, foram importantes para que o IFPR – *Campus* Curitiba se tornasse a instituição de grande relevância que é hoje.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sempre foi alvo de disputas entre grupos que desejam a elitização e grupos que lutam pela sua democratização, sendo que o ensino médio se mantém no centro dessa discussão. O ensino integrado, mesmo apresentando uma forma mais justa e igualitária de educação, causa desinteresse nos grupos políticos que representam o poder econômico educacional.

As determinações do Decreto n.º 2.208/97 acarretaram queda da qualidade do ensino em decorrência da tentativa de extinção da integração entre educação geral e educação profissional, reforçando a lógica dualista existente no país. A desigualdade aumentou entre os que são formados para o trabalho manual e os que são direcionados ao trabalho intelectual.

A ET-UFPR conseguiu resistir na oferta de cursos médios integrados, embora também tenha se submetido a implantação do decreto, oferecendo ensino geral e cursos técnicos aligeirados. Essa resistência ocorreu por sua condição de escola vinculada a uma universidade, a UFPR, podendo contar com seu apoio na luta pela educação integrada.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. Editora UNESP. São Paulo, SP, 1998.

BRASIL. **Portaria Ministerial n.º 646, de 14 de maio de 1997**. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal n.º 9.394/96 e no Decreto Federal n.º 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf). Acesso em: 17 jul. 2020.

ET-UTFPR (Escola Técnica da UFPR). **Projeto de curso de Ensino Geral da ET-UFPR**. Curitiba, 1999.

ET-UTFPR (Escola Técnica da UFPR). **Relatório das Atividades Desenvolvidas pela ET-UFPR em 1996**. Curitiba, 1996.

KRUGEL, Vanessa Cauê.; LEMOS JUNIOR, Wilson. Políticas Públicas para a Educação Profissional No Brasil (1988-1998). **Revista Brasileira da Educação**

**Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n.º 20, p. e10386, 2021. DOI: 10.15628/rbept.2021.10386. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10386>. Acesso em: 20 set. 2022.

KRUGEL, V. C. **Tempos de construção**: a Escola Técnica da UFPR e sua expansão de cursos (1998 – 2000). 2020. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) — Curitiba, Instituto Federal do Paraná (IFPR), 2020.

KUENZER, Acácia. **Ensino médio e profissional**: as políticas do estado neoliberal. 4 eds. São Paulo: Cortez, 2007.

LE MOS JUNIOR, Wilson; KRUGEL, Vanessa Cauê. História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (1869-2008). **Revista Diálogo Educacional**, v. 22, p. 831-853, 2022.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politêmica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n.º 63, p. 1057–1080, 2015.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão da escola** - teoria e prática. São Paulo, Heccus, 2017.

SOBREIRA, Gerson Rodrigues. **Discurso de Formatura**. Curitiba, 2000.

SOUZA, Regina Schimmelpfeng. **A estrada do poente**. Curitiba: Máquina de escrever. 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UFPR (Universidade Federal do Paraná). Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças. Coordenadoria de Planejamento Institucional. **Relatório de atividades da UFPR 1998**. Ed. UFPR. 1999.

UFPR (Universidade Federal do Paraná). Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças. Coordenadoria de Planejamento Institucional. **Relatório de atividades da UFPR 2000**. Ed. UFPR. 2000.

UFPR (Universidade Federal do Paraná). Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças. Coordenadoria de Planejamento Institucional. **Relatório de atividades da UFPR 2000**. Ed. UFPR. 2001.

